



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, TIPO DIESEL S10 E COMUM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS NOVOS.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em 07 de dezembro de 2023 a Administração Municipal realizou licitação, Pregão Eletrônico n. 86/2023, tendo como objeto registro de preços para aquisição de combustível para o ano de 2024, visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes prefeitura, secretarias, fundos e autarquias do Município de Campos Novos/SC.

2.2. A empresa *Stang & Stang*, inscrita sob o CNPJ nº 08.033.253/0023-89 foi vencedora do item 02- Óleo Diesel S10 e do item 03 – Óleo Diesel Comum. Os preços foram registrados na Ata de Registro de Preços n. 148/2023, com vigência até 12 de dezembro de 2024.

2.3. Ocorre que em 16 de outubro de 2024 a empresa *Stang & Stang* apresentou Requerimento Administrativo no qual solicitou a rescisão amigável da Ata de Registro de Preços nº148/2023 em razão da necessidade de encerramento da filial instalada no Município de Campos Novos. Embora a empresa não tenha juntado documentos comprobatórios, em consulta ao site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, verificou-se que o posto *Stang e Stang*, inscrito no CNPJ nº 08.033.253/0023-89, consta com a autorização de revendedor cancelada.

2.4. Diante do exposto, tendo em vista a impossibilidade da continuidade do fornecimento de combustível para o Município de Campos Novos, foi realizado o CANCELAMENTO da Ata de Registro de Preços n. 148/2023 do fornecedor *Stang & Stang*. Consultado, o segundo classificado não demonstrou interesse em assumir o fornecimento nas mesmas condições da empresa originalmente vencedora.



2.5. Os combustíveis Diesel S10 e Diesel Comum são utilizados para abastecer veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes à frota do Município de Campos Novos, sendo itens classificados como essenciais, tendo em vista que, a continuidade de inúmeros serviços públicos como a manutenção de estradas, coleta de entulhos, transporte escolar, transporte de pacientes, entre outros, dependem do fornecimento do combustível para que sejam realizados.

2.6. Assim, é imprescindível que a uma nova contratação seja realizada da forma mais célere possível, a fim de evitar a paralisação de serviços e consequentes prejuízos à Administração Municipal e aos cidadãos.

2.7. O cancelamento da Ata de Registro de Preços n. 148/2023, antes da sua vigência final, não era um fato previsível.

2.8. A realização de um processo licitatório demanda o cumprimento de diversas etapas e prazos legais e, neste caso, o prazo total necessário até a homologação de um certame não pode ser suportado pela administração sem que ocorra o comprometimento de serviços públicos essenciais.

2.9. Desta forma, resta demonstrada a situação emergencial que autoriza o SAMAE a realizar a contratação por meio de dispensa de licitação com fundamento no inciso VIII do art. 75 da Lei Federal n. 14.1333/21.

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

3.1. Para escolha do fornecedor foram consultados fornecedores locais do ramo de atividade compatível com o objeto, levando em consideração a natureza do mesmo, o fornecimento se dará na bomba do posto vencedor e precisa ocorrer no perímetro urbano do Município de Campos Novos.

3.2. Entre os fornecedores consultados, a empresa que apresentou o menor preço foi o Posto Rota Oeste Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 22.733.202/0001-85 e tem sua sede localizada na Rua Genoval Alves Sampaio, 577, Campos Novos – SC, CEP 89.620-000.

3.3. A empresa atua no ramo de atividade do objeto, ofertou o menor preço entre os fornecedores consultados e por fim, apresentou todos os documentos, válidos, conforme exigidos para o procedimento, estando em dia com sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documentação acostada aos autos do processo.



4. DO VALOR

4.1. No que se refere à justificativa do preço, foi devidamente precedido de cotação de preços, em consonância com o art. 23, §1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021 e art. 6º, inciso IV, do decreto municipal nº 9384/2023, considerando-se assim, os valores praticados pelo mercado e compatibilidade para a prestação dos serviços. Ademais, foi selecionada a proposta de menor preço, restando justificado.

4.2. Considerado que para fornecimento do objeto o estabelecimento deve estar sediado no Município de Campos Novos, foram considerados apenas preços coletados diretamente com fornecedores locais, para apuração real do preço praticado no mercado local.

4.3. O critério de seleção foi o menor preço, tendo em vista tratar-se de contratação direta por emergência.

4.4. Tabela de Valores

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Diesel S10	10.000	1	5,99	R\$ 59.900,00
02	Diesel Comum	5.000	1	5,89	R\$ 29.450,00
Valor Total					R\$ 89.350,00

4.5. O valor mensal a ser pago ao futuro contratado pelo fornecimento do objeto será por abastecimento efetivamente realizado.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE</i>	
Despesa:	<i>2.058</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>

Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção do Sistema de Operação do Sistema de Água</i>	
Despesa:	<i>2.059</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>



Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção do Sistema de Operação do Sistema de Esgoto</i>	
Despesa:	<i>2.060</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

6.1. O SAMAE de Campos Novos/SC justifica esta Dispensa de Licitação, considerando que a contratada preenche todos os requisitos da lei licitatória, notadamente o inciso VIII, do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, que assim dispõe:

“Art. 75.. É dispensável a licitação:

[...]

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso; [...]

7. DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1. O prazo de execução da presente contratação se dará imediatamente, a partir da assinatura do contrato, mediante emissão da solicitação de fornecimento com o respectivo empenho.

7.2. O prazo vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias ou até que seja homologada nova licitação, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Constitui anexo do presente termo, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Contrato;

9. DA DELIBERAÇÃO



9.1. Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Dispensa. Requer, assim, o devido Despacho para a continuidade da referida contratação, no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21.

Sendo desta maneira, assinado pelo responsável da unidade requisitante e pela autoridade superior, para que produzam seus efeitos legais.

Campos Novos 22 de outubro de 2024.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

9.2. Desta feita, **autorizo a CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DO FORNECEDOR POSTO ROTA OESTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.733.202/0001-85**, para fornecimento de combustível, tipo Diesel S10 e Comum, para atender as necessidades da frota de veículos pertencentes as secretarias e fundos do município de Campos Novos.

Campos Novos 22 de outubro de 2024.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, TIPO DIESEL S10 E COMUM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS NOVOS.

1.2. Especificação dos Itens e Estimativa de Despesa:

1.2.1. A especificação dos itens e os quantitativos a serem contratados constam na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Diesel S10	10.000	1	5,99	R\$ 59.900,00
02	Diesel Comum	5.000	1	5,89	R\$ 29.450,00
Valor Total					R\$ 89.350,00

1.2.2. O valor mensal a ser pago ao futuro contratado pelo fornecimento do objeto será por abastecimento efetivamente realizado no período.

1.3. Da classificação do objeto:

1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 9.382/2023.

1.3.2. O objeto é classificado como bem/serviço de natureza COMUM, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. Do prazo de vigência:



1.4.1. O prazo vigência da contratação será 60 (sessenta) dias, ou até que seja homologada nova licitação, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em 07 de dezembro de 2023 a Administração Municipal realizou licitação, Pregão Eletrônico n. 86/2023, tendo como objeto registro de preços para aquisição de combustível para o ano de 2024, visando atender as necessidades da frota de veículos pertencentes prefeitura, secretarias, fundos e autarquias do Município de Campos Novos/SC.

2.2. A empresa *Stang & Stang*, inscrita sob o CNPJ nº 08.033.253/0023-89 foi vencedora do item 02- Óleo Diesel S10 e do item 03 – Óleo Diesel Comum. Os preços foram registrados na Ata de Registro de Preços n. 148/2023, com vigência até 12 de dezembro de 2024.

2.3. Ocorre que em 16 de outubro de 2024 a empresa *Stang & Stang* apresentou Requerimento Administrativo no qual solicitou a rescisão amigável da Ata de Registro de Preços nº148/2023 em razão da necessidade de encerramento da filial instalada no Município de Campos Novos. Embora a empresa não tenha juntado documentos comprobatórios, em consulta ao site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, verificou-se que o posto *Stang e Stang*, inscrito no CNPJ nº 08.033.253/0023-89, consta com a autorização de revendedor cancelada.

2.4. Diante do exposto, tendo em vista a impossibilidade da continuidade do fornecimento de combustível para o Município de Campos Novos, foi realizado o CANCELAMENTO da Ata de Registro de Preços n. 148/2023 do fornecedor *Stang & Stang*. Consultado, o segundo classificado não demonstrou interesse em assumir o fornecimento nas mesmas condições da empresa originalmente vencedora.

2.5. Os combustíveis Diesel S10 e Diesel Comum são utilizados para abastecer veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes à frota do Município de Campos Novos, sendo itens classificados como essenciais, tendo em vista que, a continuidade de inúmeros serviços públicos como a manutenção de estradas, coleta de entulhos, transporte escolar, transporte de pacientes, entre outros, dependem do fornecimento do combustível para que sejam realizados.



2.6. Assim, é imprescindível que a uma nova contratação seja realizada da forma mais célere possível, a fim de evitar a paralização de serviços e consequentes prejuízos à Administração Municipal e aos cidadãos.

2.7. O cancelamento da Ata de Registro de Preços n. 148/2023, antes da sua vigência final, não era um fato previsível.

2.8. A realização de um processo licitatório demanda o cumprimento de diversas etapas e prazos legais e, neste caso, o prazo total necessário até a homologação de um certame não pode ser suportado pela administração sem que ocorra o comprometimento de serviços públicos essenciais.

2.9. Desta forma, resta demonstrada a situação emergencial que autoriza o SAMAE a realizar a contratação por meio de dispensa de licitação com fundamento no inciso VIII do art. 75 da Lei Federal n. 14.1333/21.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A ausência de contrato em vigor para fornecimento de combustível tipo diesel Comum e S10, impede o bom andamento das rotinas administrativas do serviço público. Os dos veículos da frota necessitam de abastecimento seguro, com presença de distribuidora operando regularmente, conforme as normas regulamentares da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Assim, sugere-se a formalização de processo de dispensa de licitação para a execução do objeto acima especificado, sob o critério de julgamento de menor preço, visando ao atendimento dos princípios da economicidade e preservando a competitividade, lembrando que a economia de escala está sendo levada em consideração, como interesse da Administração.

3.2. Das Entidades Participantes:

3.2.1. São entidades participantes do presente certame:

CNPJ	ENTIDADE
83.158.105/0001-09	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos



3.3. Da Execução:

3.3.1. O prazo de execução da presente contratação se dará imediatamente, a partir da assinatura do contrato, mediante emissão da solicitação de fornecimento com o respectivo empenho.

3.3.2. Os abastecimentos serão contínuos e fracionados, conforme a necessidade e de acordo com o consumo.

3.3.3. O fornecimento do combustível se dará de forma imediata condicionada a apresentação de ordem de abastecimento assinada pelo responsável do SAMAE.

3.3.4. O fornecimento será executado por demanda exclusivamente na forma de abastecimento Boca de Tanque, para abastecimento direto nos veículos e equipamentos, e será realizado pelo Contratado, no endereço indicado na proposta, admitida uma distância de até 15 km do Prédio do SAMAE de Campos Novos/SC.

3.3.5. Os abastecimentos poderão ocorrer em todos os dias da semana, inclusive aos sábados e domingos, devendo o licitante vencedor dispor de atendimento 24 (vinte e quatro) horas.

3.3.6. Os veículos SOMENTE poderão ser abastecidos com a Ordem de Abastecimento fornecida pelo Setor Responsável da Prefeitura/Secretaria/Fundo/Autarquia e com o cartão de identificação do veículo, com o consequente preenchimento dos seguintes dados: data, número do veículo, placa, odômetro ou horímetro do veículo, nome do condutor, combustível a ser abastecido e assinatura do responsável.

3.3.7. O Contratado deverá fazer o abastecimento da frota municipal diretamente no tanque de cada veículo.

3.3.8. Caberá ao Contratado obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.3.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o Contratado a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.3.10. O aceite dos combustíveis não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as



especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.3.11. Caso o combustível seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.3.12. O preço do diesel comum e diesel S-10 praticado pelo Contratado não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba" à vista;

a) Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível do licitante ganhador, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.

3.3.13. Na hipótese de aumento de preços dos combustíveis por influência da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - imprevisível ou previsível, porém de consequências **incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução** – o licitante vencedor poderá requerer, de forma devidamente fundamentada, o realinhamento de preços, o qual será submetido a análise e julgamento da Administração Pública Municipal sobre a viabilidade do aditivo de valor.

3.3.14. Em caso de solicitação de revisão de preços objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o fornecedor deverá apresentar requerimento de revisão com identificação da empresa e do processo a que se refere, contendo no mínimo:

a. Justificativa fundamentada **demonstrando** a ocorrência de fato ou situação imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis no curso da execução do contrato;

b. Nota Fiscal emitida na época da assinatura da ata ou da última revisão de preços;

c. Nota Fiscal com data de emissão atualizada ou outro documento idôneo capaz de comprovar o aumento pleiteado;

d. **Planilha de custos** com especificação de todas as despesas, inclusive indiretas, que incidem no preço final do objeto, **indicação do desequilíbrio e indicação do percentual** necessário para reestabelecer o equilíbrio do contrato;

3.3.15. A ausência de qualquer um dos documentos enumerados no item acima implicará no indeferimento preliminar do pedido;

3.3.16. As autorizações de fornecimento encaminhadas ao fornecedor antes do pedido de revisão deverão ser entregues pelo preço vigente no processo sob pena de responsabilização



por descumprimento contratual, sendo que eventual concessão de revisão será válida a partir da data do deferimento.

3.4. Do Recebimento

3.4.1. O objeto será recebido de forma provisória e definitiva pelo fiscal e/ou gestor do contrato.

a. O recebimento provisório se dará em até 10 (dez) dias após a execução do serviço;

b. O objeto será recebido definitivamente em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório;

3.4.2. O contratado será obrigado a substituir/refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, ou ainda, que estiverem com defeitos ou imperfeições.

3.4.3. O prazo para refazer os serviços que estejam em desacordo com as especificações será de até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação do fornecedor.

3.5. Da Subcontratação

3.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos documentos de habilitação:

- a. Ato constitutivo da empresa, atualizado e devidamente registrado;
- b. Documento de identidade do sócio administrador e/ou procurador;
- c. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- d. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais;
- f. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais - do domicílio ou sede da Proponente;
- g. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i. Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;



- j. Declaração de Idoneidade;
- k. Declaração de Conhecimento aos termos do Edital;
- l. Declaração de que não emprega menores;
- m. Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal;
- n. Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante;
- o. Declaração de Acessibilidade;
- p. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

4.2. Além dos documentos citados, como condição ao exame da documentação de habilitação, a comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no credenciamento ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Constituem Obrigações da CONTRATADA:

- a. Após a convocação, realizar a assinatura da ata no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- b. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- d. Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas no Edital, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- e. Manter, durante toda execução da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- g. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;



- h. Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- k. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- l. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados;

5.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;
- f. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à contratada para que efetue a prestação do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio,



gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

6.2. As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

6.3. A fiscalização desta contratação será realizada pelo servidor Felipe Sebastião de Souza.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta dias), contados da entrega do objeto ou da prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal;

7.2. A nota fiscal deverá ser emitida ao final de cada mês e terá de vir acompanhada de comprovantes e relatório, contendo os abastecimentos efetivamente realizados no período, conforme encaminhamento da área solicitante;

7.3. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação do bem e/ou serviços;

7.4. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual ou em razão de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou a correção monetária;

7.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

7.7. Em caso de atraso no pagamento por parte do SAMAE de Campos Novos/SC, o valor do montante será atualizado financeiramente, e acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, e será pago por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

8. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



8.1. O valor total da contratação será de **R\$ 89.350,00 (Oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais).**

8.2. O valor da contratação foi devidamente precedido de cotação de preços, em consonância com o art. 23, §1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021 e art. 6º, inciso IV, do decreto municipal nº 9384/2023, considerando-se assim, os valores praticados pelo mercado e compatibilidade para a prestação dos serviços. Ademais, foi selecionada a proposta de menor preço.

8.3. A seleção do fornecedor se deu concomitantemente à pesquisa de preços.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

9.1. O futuro contratado será selecionado mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no inciso VIII, art. 75, da Lei Federal nº 14.133//2021.

9.2. A comprovação para a contratação emergencial e a justificativa da escolha do fornecedor encontram-se anexadas aos autos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta da(s) seguinte (s) rubrica (s) orçamentária (s):

Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE</i>	
Despesa:	<i>2.058</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>

Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção do Sistema de Operação do Sistema de Água</i>	
Despesa:	<i>2.059</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>



Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção do Sistema de Operação do Sistema de Esgoto</i>	
Despesa:	<i>2.060</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>

Campos Novos 22 de outubro de 2024.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024
ANEXO II

MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/_____

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o SAMAE DE CAMPOS NOVOS (SC), denominado Contratante e a empresa POSTO ROTA OESTE LTDA, denominada Contratada, para fornecimento e em conformidade com o Processo Licitatório nº 17/2024, Dispensa de Licitação nº 03/2024.

Pelo presente instrumento, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.158.105/0001-09, com sede na Rua Caetano Carlos, 466, Centro, na Cidade de Campos Novos/SC, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. Alexandre Kunen, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 023.331.319-26, doravante denominada CONTRATANTE, e o **Posto Rota Oeste Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.733.202/0001-85, com sede à Rua Genoval Alves Sampaio, nº 577, Bairro Santo Antônio, município de Campos Novos/SC, CEP 89.620-000, neste ato representada pela sócia, Senhora Sandra Mara Aparecida Pinto, CPF nº 055.709.899-86, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/21 e no Processo Licitatório nº 17/2024, Dispensa de Licitação nº 03/2024:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO CONTRATUAL

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, TIPO DIESEL S10 E COMUM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO SAMAE DE CAMPOS NOVOS.



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de prazo de vigência da presente contratação será 60 (sessenta) dias, ou até que seja homologada nova licitação, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1. O prazo de execução da presente contratação se dará imediatamente, a partir da assinatura do contrato, mediante emissão da solicitação de fornecimento com o respectivo empenho.

3.2. Os abastecimentos serão contínuos e fracionados, conforme a necessidade e de acordo com o consumo.

3.3. O fornecimento do combustível se dará de forma imediata condicionada a apresentação de ordem de abastecimento assinada pelo responsável de cada secretaria requisitante.

3.4. O fornecimento será executado por demanda exclusivamente na forma de abastecimento Boca de Tanque, para abastecimento direto nos veículos e equipamentos, e sera realizado pelo Contratado, no endereço indicado na proposta, admitida uma distância de até 15 km do Prédio do SAMAE de Campos Novos/SC.

3.5. Os abastecimentos poderão ocorrer em todos os dias da semana, inclusive aos sábados e domingos, devendo o licitante vencedor dispor de atendimento 24 (vinte e quatro) horas.

3.6. Os veículos SOMENTE poderão ser abastecidos com a Ordem de Abastecimento fornecida pelo Setor Responsável da Prefeitura/Secretaria/Fundo/Autarquia e com o cartão de identificação do veículo, com o conseqüente preenchimento dos seguintes dados: data, número do veículo, placa, odômetro ou horímetro do veículo, nome do condutor, combustível a ser abastecido e assinatura do responsável.

3.7. O Contratado deverá fazer o abastecimento da frota municipal diretamente no tanque de cada veículo.

3.8. Caberá ao Contratado obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o SAMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado,



obrigando-se o Contratado a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.10. O aceite dos combustíveis não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.11. Caso o combustível seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.12. O preço do diesel comum e diesel S-10 praticado pelo Contratado não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba" à vista;

a) Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível do licitante ganhador, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total da contratação será de **R\$ 89.350,00 (Oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais)**.

4.2. O valor da contratação foi devidamente precedido de cotação de preços, em consonância com o art. 23, §1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021 e art. 6º, inciso IV, do decreto municipal nº 9384/2023, considerando-se assim, os valores praticados pelo mercado e compatibilidade para a prestação dos serviços. Ademais, foi selecionada a proposta de menor preço.

4.3. A seleção do fornecedor se deu concomitantemente à pesquisa de preços.

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta dias), contados da entrega do objeto ou da prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal;

5.2. A nota fiscal deverá ser emitida ao final de cada mês e terá de vir acompanhada de comprovantes e relatório, contendo os abastecimentos efetivamente realizados no período, conforme encaminhamento da área solicitante;

5.3. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação do bem e/ou serviços;



5.4. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual ou em razão de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou a correção monetária;

5.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

5.7. Em caso de atraso no pagamento por parte do SAMAE de Campos Novos/SC, o valor do montante será atualizado financeiramente, e acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, e será pago por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis.

6.1 O reajuste poderá ser utilizado na presente contratação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses do orçamento estimado, caso necessário, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3 O pedido de reajuste deverá ser pleiteado até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente.

6.4 A concessão do reajuste será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por apostilamento.

6.5 Na hipótese de aumento de preços dos combustíveis por influência da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - imprevisível ou previsível, porém de consequências **incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução** – o licitante vencedor poderá requerer, de forma devidamente fundamentada, o realinhamento de preços, o qual será submetido a análise e julgamento da Administração Pública Municipal sobre a viabilidade do aditivo de valor.



6.6 Em caso de solicitação de revisão de preços objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o fornecedor deverá apresentar requerimento de revisão com identificação da empresa e do processo a que se refere, contendo no mínimo:

- a. Justificativa fundamentada **demonstrando** a ocorrência de fato ou situação imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis no curso da execução do contrato;
- b. Nota Fiscal emitida na época da assinatura da ata ou da última revisão de preços;
- c. Nota Fiscal com data de emissão atualizada ou outro documento idôneo capaz de comprovar o aumento pleiteado;
- d. **Planilha de custos** com especificação de todas as despesas, inclusive indiretas, que incidem no preço final do objeto, **indicação do desequilíbrio** e **indicação do percentual** necessário para reestabelecer o equilíbrio do contrato;

6.7 A ausência de qualquer um dos documentos enumerados no item acima implicará no indeferimento preliminar do pedido;

6.8 As autorizações de fornecimento encaminhadas ao fornecedor antes do pedido de revisão deverão ser entregues pelo preço vigente no processo sob pena de responsabilização por descumprimento contratual, sendo que eventual concessão de revisão será válida a partir da data do deferimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária:

Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE</i>	
Despesa:	<i>2.058</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>

Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção do Sistema de Operação do Sistema de Água</i>	
Despesa:	<i>2.059</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>



Orgão:	<i>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</i>	
Unidade:	<i>SAMAE</i>	
Proj/Ativ.:	<i>Manutenção do Sistema de Operação do Sistema de Esgoto</i>	
Despesa:	<i>2.060</i>	<i>3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000</i>

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Constituem Obrigações da CONTRATADA:

- a. Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- b. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- d. Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas no Edital, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- e. Manter, durante toda execução da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- g. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;
- h. Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- k. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.



l. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados;

8.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;
- f. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à contratada para que efetue a prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

9.2 As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:



I. advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) **1% (um por cento)** do valor do contrato ou solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

2º) **15% (quinze por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

3º) **20% (vinte por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4º) **30 (trinta por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução total do contrato;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III. impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o



responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2 A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

10.3 As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

10.4 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

10.5 Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.6 Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A aplicação das sanções pode causar impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.8 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.9 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



10.10 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC) e encaminhado ao Controle Interno do Município para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

11.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

11.3 Os valores deste contrato poderão ser revisados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, devendo nesse caso a CONTRATADA protocolizar o pedido de reequilíbrio nos termos do edital.

11.4 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

11.5 A extinção do contrato poderá ser:

11.6 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.7 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da Administração;

11.8 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.9 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

11.10 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



11.11 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

12.1 A presente contratação vincula-se ao Processo nº 17/2024 Dispensa de Licitação nº 03/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da comarca de Campos Novos/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

14.2 E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Campos Novos – SC, 22 de outubro de 2024.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

SANDRA MARA APARECIDA PINTO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____